

O PROBLEMA PORTUGUÊS

II

Ciframos o problema português na *adaptação do íncola ao território, pela sciência da utilização*.

Para mantermos a integridade *real* do território (diffcil tarefa), e não amesquinhamos muito mais o quilate da grei, é necessário que tal adaptação se faça muitíssimo depressa, antes de nova revolução na Europa, e em intensidade suficiente para transformar a autofagia nacional em vida próspera.

Uma nação não é como um maquinismo a que se aplique o critério da renovação das peças, ou da economia na substituição integral por outro novo. Uma nação é como um organismo complicado; e por isso ha-de ser cuidada assim como um rebanho em aperfeiçoamento sucessivo.

O simples processo evolutivo, dentro da política tradicional da monarquia e da república, não resolve a adaptação do íncola ao território pela sciência da utilização: pois não produziu, nem produzirá tal sciência do aproveitamento dos homens e dos recursos naturais, nem melhorará as qualidades dos dirigentes; e por isso não alterará a autofagia nacional, que só acabaria assim por falta de matéria prima (riqueza e gente) para a dissipação. No que vamos.

Isto é claro como a luz do sol claro.

Sem irmos mais longe: — é o que nos deu a evolução política nos últimos quinze anos, *com perto de cinquenta governos*, cada um dêles mais republicano e mais patriota que o precedente?

Estes resultados *reais*: maior ignorância na coordenação da vida económica e financeira (expressa por maior desequilíbrio entre a importação e a exportação, por maior *deficit* na gerência dos dinheiros públicos), menor cultura geral na gente, e muito maior exportação desta. Quer dizer: a evolução política, dentro dos moldes tradicionais, fêz que a vida portuguesa apresentasse crescentes os sintomas da sua decadência. — Afinal mostrou também como vão falindo os *salvadores*, pois do longo tirocínio da gente vária que nos tem governado nos últimos vinte e cinco anos, não se salva ninguém — *nem um só homem* — sem um profundo acto de contricção, a que nenhum dos falidos se resolve deveras.

Para a revolução não tem havido revolucionários competentes.

Não preguntamos pelos armados da Rotunda, do Parque Eduardo VII, do Castelo de S. Jorge, ou dos navios de guerra. Preguntamos, sim, pelos revolucionários do Terreiro do Paço. Aqui não tem havido dirigentes capazes de fazer a adaptação do íncola ao território pela sciência da utilização. É uma vergonhosa miséria tudo o que se tem manifestado, e tudo o que se tem realizado nos vários governos chamados revolucionários, desde Dias Ferreira ou João Franco até ao malfadado 19 de outubro.

Quero repetir, a ver se me atendem, que nem a evolução, nem a revolução nos moldes consagrados (com tiros, maniestos e governos de ignorantes rematados) podem introduzir no português, analfabeto na turba, e palrador no letrado, a sciência bastante para se obter a suficiência económica, em condições humanas, e assim se valorizar dentro do território a melhor e a maior parte do crescimento da gente, facultando a tōda esta os meios de alcançar a paz e a felicidade.

A evolução falhou redondamente na política frumentária de 1899, e na política industrial da pauta de 1892 — pontos capitais de tōdas as pretéritas reformas pacíficas do govêrno.

E a revolução faliu estrondosamente nos trinta suplementos de 10 de maio de 1919, e na incapacidade estúpida do 19 de outubro. — Na revolução permanente em que vivemos agora, fazendo o inventário das ideas dos crónicos e dos novos revolucionários, encontramos a mesma vacuidade das revoluções anteriores.

É possível (para não dizer que é absolutamente certo) que os govêrnos revolucionários, como os governos da pura evolução, não conheciam senão vagamente os termos da solução do problema português como precisa de ser posto: na adaptação do íncola ao território, pela sciência da utilização. Não tendo havido nestes últimos vinte e cinco anos, primeiros do século xx, um escol intelectual português como foram o nosso de seiscentos e o da Academia Real das Sciências, para nos dar «o conhecimento do que

a Nação he, e do que pode ser, pelo que já tem sido», para fazer o exame dos antigos sucessos, «e dar a conhecer o que já nos serviu de proveito, ou de ruína, e as causas por que crescemos, ou diminuímos em número, em forças, em luzes, em riquezas», vamos cultivando a decadência na política tradicional, de evolução e de revolução, que teve como indicador máximo de filhotismo e regedoria o de Penude, no governo do primeiro de novembro de 1921.

A falta da ciência da utilização, por nos ter bastado sempre o sistema da exploração, já quasi exausto, trouxe-nos através de toda a vida portuguesa, grande insuficiência de produção própria, e por isso a miséria, a decadência e, ultimamente, a desordem quotidiana — o caos orgânico.

Ellis Barker, no *Economie Statesmanship*, atribue a inquietação da Irlanda à falta de carvão, que no ambiente da Grã Bretanha condiciona toda a vida económica, social e política. Nós ajuizadamente podemos filiar a nossa malaventurança na insuficiência de alimentos que tem como expoente a miséria orgânica do pão. — É possível que os letrados pensem de modo oposto, mas não se justificarão.

A produção agrícola insuficiente para sequer quatro milhões de habitantes do nosso território que, habitado por gente medianamente culta e organizada, bem podia alimentar pródigoamente vinte milhões, é a consequência fatal do nosso vício histórico da exploração que acompanhara a demarcação do solo pátrio, e nos levava a Ceuta, à Índia, ao Brasil, e à liquidação sistemática da riqueza e da gente.

Nenhuma reforma política sustara o vício originário pela ciência da utilização. A balda da estrada e do caminho de ferro do fontismo agravava o sistema ancestral da exploração; e depois de Fontes, nem Elvino de Brito, nem Navarro, nem Oliveira Martins, nem Brito Camacho, nem ninguém completara a viação com os factores que impuzessem a utilização da gente e o aproveitamento dos recursos naturais do país, fazendo surgir a ciência da utilização.

Há, sem dúvida, necessidade de uma revolução que faça: 1.º da nossa numerosa gente que pega em armas um *exército armado*, reduzindo de sargento a general e de guarda-marinha a almirante o número, e melhorando a qualidade; 2.º da turba estéril dos empregados públicos uma organização proveitosa; 3.º que faça a agricultura superabundante na produção de alimentos e matérias primas; a indústria laboriosa nas melhores condições de utilidade para a gente; o comércio e a

banca capazes de manter o bom equilíbrio da produção e do intercâmbio.

Complexa revolução que urge fazer com estas distas no Terreiro do Paço, *sem um tiro nem uma bomba*, pela ciência da utilização dos homens e do aproveitamento dos nossos recursos naturais.

Mas ainda ninguém notou que tal revolução não se pode fazer *sem se empregar dois grandes factores de perturbação da vida nacional*, os quais são a água de rega e a energia hidro-eléctrica, que, por círculo vicioso, exigem uma forte ciência de utilização.

Para isto é absolutamente indispensável uma aristocracia de pensamento claro dentro das realidades, e de forte querer, para governar: sumamente difícil de alcançar dentro da penúria de mentalidade e de cabedais da nossa gente grada. Indispensável também um núcleo, pequeno embora, de técnicos abalisados, postos em condições de dirigir e mandar nas realizações técnicas; um ambiente governativo de continuidade no aproveitamento destas raras e boas competências técnicas. — O contraste com a regedoria do Sapateiro de Braga.

Pode-se dizer que vem apenas desde o começo deste século a possibilidade de clareza no conhecimento da crise secular do Português; e desde 1910 a faculdade da sua solução pelo auxílio da electricidade.

Há um complicado problema moral na crise do Português; mas este problema moral é insolúvel sem a solução do problema económico, solução que pode ser também o maior factor da nossa educação e do equilíbrio social, como havemos de mostrar. E há um embaraço colonial.

EZEQUIEL DE CAMPOS.

■ ■ ■ ■ ■

Não são os monárquicos que nós devemos considerar como os piores inimigos da República, mas aquêles que só a servem e a defendem no intuito de a explorar.

De quantos apetites miseráveis não é formado por vezes o espírito dum «bom republicano»?